

R Brasil Soluções S.A.

CNPJ/ME nº 06.129.569/0001-38 - NIRE 35.300.503.601

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Fevereiro de 2022

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 15 de Fevereiro de 2022, às 10h00, na sede social da R Brasil Soluções S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Domingos Marchetti, nº 77, Bloco B, Térreo, Jardim Pereira Leite, CEP: 02712-150. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Dimitrius Rogério de Oliveira e secretariados pela Sra. Maria Cristina Marcelo de Vasconcelos. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social; (ii) alteração da redação do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia; (iii) a consolidação das disposições do Estatuto Social da Companhia, que compreenderá as alterações dos itens anteriores, caso aprovadas; e (iv) a autorização para os administradores da Companhia tomarem todas as medidas necessárias para a implementação das deliberações acima. 5. **Deliberações:** Examinada e debatida as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado, sem quaisquer restrições, pela acionista presente representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia: 5.1. **Aprovar** o aumento do capital social da Companhia dos atuais R\$38.318.935,00 (trinta e oito milhões, trezentos e dezoito mil, novecentos e trinta e cinco reais) para R\$47.351.555,00 (quarenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), sendo esse aumento no valor total de R\$9.032.620,00 (nove milhões, trinta e dois mil, seiscentos e vinte reais), mediante a emissão pela Companhia de 9.032.620 (nove milhões, trinta e dois mil, seiscentos e vinte) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$ 1,00 (um real), fixado nos termos do §1º, II, do Artigo 170, da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do caput do Artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$47.351.555,00 (quarenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), dividido em 47.351.555 (quarenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.**" 5.1.1. As novas ações emitidas nos termos do item 5.1 acima são subscritas e integralizadas da seguinte forma: (i) A única acionista da Companhia, Atento Brasil S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.879.250/0001-79 ("**Atento**"), subscreve 9.032.620 (nove milhões, trinta e dois mil, seiscentos e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente ao valor total de R\$9.032.620,00 (nove milhões, trinta e dois mil, seiscentos e vinte reais), por ela integralizadas na presente data, em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata, mediante capitalização do crédito da Atento decorrente de contrato de mútuo celebrados entre a Companhia (devedora) e a Atento (credora) no valor de R\$9.038.377,34 (nove milhões, trinta e oito mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos) ("**Mútuo**"). 5.1.2. Em decorrência da capitalização do Mútuo, nos termos previstos no item 5.1.1.(i) acima, nesta data, a Companhia e a Atento outorgam-se mutuamente a mais ampla, plena, rasa, irrevogável e irretirável quitação com relação a esse montante. 5.2. **Aprovar** a alteração da redação do Artigo 9º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 9º. São atribuições da Diretoria administrar e gerir os negócios sociais, dando fiel cumprimento ao presente Estatuto e às deliberações da Assembleia Geral, podendo executar todas as medidas necessárias à eficiente condução dos negócios da Companhia, bem como aprovar a abertura, alteração ou extinção de filiais, sucursais, agência ou escritórios de representação, de modo a assegurar seu regular funcionamento. Parágrafo Único. Compete aos membros da Diretoria e aos procuradores com poderes específicos para tanto, conforme outorgados pela Companhia, observadas as regras previstas no artigo 10º infra, a autorização para a venda e transferência, alienação, disposição ou criação de qualquer gravame relacionado aos bens do ativo não circulante da Companhia, especificamente no que se refere aos veículos, móveis, utensílios, computadores, equipamentos de informática e equipamentos elétricos.**" 5.3. **Aprovar** a consolidação das disposições do Estatuto Social da Companhia e seus devidos efeitos, que passa a vigorar, a partir da presente data, com a redação constante do Anexo I desta ata. 5.4. **Autorizar** os administradores da Companhia a tomarem todas as medidas necessárias para a implementação das deliberações acima. 5.5. A acionista ratifica todas as demais cláusulas do Estatuto Social da Companhia, não expressamente alteradas pela presente ata. 6. **Encerramento:** Não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi por todos lida, achada conforme e assinada. Presidente da Mesa: **Dimitrius Rogério de Oliveira**; Secretária: **Maria Cristina Marcelo de Vasconcelos**. Acionista Presente: Atento Brasil S.A., representada neste ato pelo Sr. Dimitrius Rogério de Oliveira - Presidente, e pelo Sr. Sérgio Ricardo Ribeiro Passos - Vice-Presidente de Finanças. A presente é cópia fiel da ata que integra o competente livro. São Paulo, 15 de fevereiro de 2022. Dimitrius Rogério de Oliveira - Presidente da Mesa; Maria Cristina Marcelo de Vasconcelos - Secretária da Mesa. JUCESP nº 180.583/22-0 em 06/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Duração, Sede e Objeto - Artigo 1º** - A R Brasil Soluções S.A. é uma sociedade por ações ("Companhia"), regida pelo presente Estatuto Social e pelas demais disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"). **Artigo 2º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 3º** - A Companhia tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Domingos Marchetti, nº 77, Bloco B, Térreo, Jardim Pereira Leite, CEP: 02712-150, podendo abrir, manter, alterar e extinguir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria, que deverá ser lavrada em ata e devidamente registrada perante os órgãos de registro de comércio competentes. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de: (i) teleatendimento; (ii) call center; (iii) telecobrança e cobrança por qualquer meio; (iv) atendimento ao consumidor (SAC); (v) televidas; e (vi) locação de infraestrutura. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$47.351.555,00 (quarenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), dividido em 47.351.555 (quarenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único** - A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas da Companhia. **Capítulo III - Administração - Artigo 6º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria - Artigo 7º** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) diretores e, no máximo, 4 (quatro) diretores, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo designados 1 (um) Diretor Executivo e 1 (um) Diretor Financeiro e os demais Diretores sem Designação Específica. **Parágrafo Primeiro** - A investidura dos membros da Diretoria será feita após a eleição pela Assembleia Geral, mediante a formalização de termo de posse dos respectivos cargos, lavrado no livro de "Atas de Reuniões da Diretoria". **Parágrafo Segundo** - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a investidura dos novos membros da Diretoria. **Artigo 8º** - São competências dos membros da Diretoria: O Diretor Financeiro da Companhia será responsável por: (a) desenvolver políticas, diretrizes, supervisionar e gerir diretamente as atividades relativas às áreas de controle e gestão, contabilidade e finanças, a responsabilidade operacional e funcional de auditoria e controles internos, bem como atividades outras que se façam necessárias no que se refere ao apoio em geral à atuação das demais áreas da Companhia; (b) acompanhar junto às áreas competentes a execução das atividades da Companhia na área econômico-financeira, no que se refere à contabilidade, à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, balanços, balancetes e análises de resultados; bem como a gestão e administração dos compromissos financeiros, a captação e aplicação de recursos e o controle de gestão dos recursos da Companhia; (c) implementar as políticas, diretrizes e estratégias relativas à gestão e administração de compras, bem como gerir a área de compras; (d) supervisionar e direcionar as atividades relacionadas à orientação ou assessoria e representação jurídica da sociedade; (e) exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pela Assembleia Geral. O Diretor Executivo da Companhia será responsável por: (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, bem como delegar competência aos demais diretores para a prática de atos específicos; (b) supervisionar todas as atividades da Companhia e aprovar as propostas relativas às diretrizes sociais para o desenvolvimento estratégico da Companhia conforme estabelecido pela Assembleia Geral; (c) acompanhar e fiscalizar a implementação das determinações da Assembleia Geral; (d) acompanhar e orientar as atividades da Companhia na área econômico-financeira, demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, na gestão financeira dos recursos e as atividades de auditoria interna; (e) desenvolver políticas, diretrizes, supervisionar e gerir diretamente as atividades relativas às áreas de recursos humanos e administração de pessoal e à área de tecnologia da informação; (f) supervisionar e direcionar as atividades relacionadas à orientação ou assessoria e representação jurídica da Compa-

nia; (g) supervisionar e orientar as atividades de política institucional e comunicação interna e externa, de comunicação com a imprensa de forma geral, de marketing, inclusive, publicidade, patrocínios e desenvolvimento da imagem relativas a Companhia; (h) convocar as reuniões de diretoria; (i) decidir sobre matéria específica de sua área de competência; e (j) exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** - São atribuições da Diretoria administrar e gerir os negócios sociais, dando fiel cumprimento ao presente Estatuto e às deliberações da Assembleia Geral, podendo executar todas as medidas necessárias à eficiente condução dos negócios da Companhia, bem como aprovar a abertura, alteração ou extinção de filiais, sucursais, agência ou escritórios de representação, de modo a assegurar seu regular funcionamento. **Parágrafo Único.** Compete aos membros da Diretoria e aos procuradores com poderes específicos para tanto, conforme outorgados pela Companhia, observadas as regras previstas no artigo 10º infra, a autorização para a venda e transferência, alienação, disposição ou criação de qualquer gravame relacionado aos bens do ativo não circulante da Companhia, especificamente no que se refere aos veículos, móveis, utensílios, computadores, equipamentos de informática e equipamentos elétricos. **Artigo 10º** - Observadas as disposições dos parágrafos abaixo e a necessidade de aprovação prévia da Assembleia Geral para a prática de determinados atos conforme previsto em lei e/ou no presente Estatuto, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, e a assinatura de escrituras de qualquer natureza, de letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que onerem a Companhia de obrigações para com terceiros, serão obrigatoriamente praticados: assinatura conjunta de 2 (dois) membros da Diretoria; assinatura de 1 (um) dos membros da Diretoria em conjunto com 1 (um) procurador investido de poderes específicos; e assinatura em conjunto de 2 (dois) procuradores, desde que investidos de poderes específicos. **Parágrafo Primeiro** - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pelos membros da Diretoria, em conjunto mínimo de 2 (dois) deles, por instrumento público ou particular, devendo especificar os poderes conferidos e terão período de validade limitado a 1 (um) ano. **Parágrafo Segundo** - As procurações outorgadas para fins judiciais ou similares não terão prazo máximo de validade, sendo que os profissionais assim nomeados poderão representar a Companhia individualmente, independentemente da ordem de nomeação, podendo, inclusive, substabelecer, sendo ratificados todos os atos praticados e mandatos anteriormente outorgados pela Companhia. **Parágrafo Terceiro** - Não obstante o disposto acima, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas/coligadas e demais sociedades em que tenha participação acionária; e (v) na representação da Companhia em juízo. **Seção II - Conselho Fiscal - Artigo 11º** - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, que se instalará somente a pedido dos acionistas e terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais. **Capítulo IV - Assembleias Gerais - Artigo 12º** - As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer Diretor, ou pelo Conselho Fiscal ou, ainda pelos acionistas, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Primeiro** - As convocações das assembleias gerais deverão ser efetuadas com o prazo de antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e de, no mínimo, 8 (oito) dias em segunda convocação. **Parágrafo Segundo** - Assembleias Gerais serão instaladas em primeira convocação com a presença de, pelo menos, acionistas titulares de ações representativas da maioria do capital votante da Companhia, exceto se quórum maior for exigido nos termos da lei, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Parágrafo Terceiro** - As deliberações sociais da Companhia serão sempre tomadas, quando em Assembleia Geral, por votos favoráveis que representem a maioria do capital social votante da Companhia presente à assembleia. **Parágrafo Quarto** - As Assembleias Gerais serão presididas pelo acionista que na ocasião for escolhido por maioria dos votos dos presentes e secretariadas por quem o presidente da Assembleia indicar. **Parágrafo Quinto** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das S.A. **Parágrafo Sexto** - Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do acionista, a sua participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida Assembleia. **Artigo 13º** - As Assembleias Gerais da Companhia serão ordinárias ou extraordinárias, devendo realizar-se conforme segue: ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, de acordo com o artigo 132 da Lei das S.A.; e extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 14º** - Além das matérias previstas na Lei das S.A., as matérias listadas abaixo serão obrigatoriamente submetidas à Assembleia Geral: orientação geral de diretrizes para os negócios sociais; alteração do Estatuto Social da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a aumentos de capital, observados os requisitos da lei; aquisição, alienação (ou resgate ou cancelamento) ou oneração, pela Companhia, por qualquer meio, de participação no capital social da Companhia e de qualquer pessoa jurídica, de valores mobiliários ou direitos passíveis de serem convertidos em participação societária ou valores mobiliários da Companhia e de qualquer pessoa jurídica, sociedade ou fundo de investimento, bem como a formação ou participação (ou extinção, rescisão ou saída) da Companhia em grupos de sociedades ou consórcios; eleição e destituição Diretores da Companhia, bem como aprovação da remuneração dos Diretores da Companhia; prestação de qualquer garantia pela Sociedade a obrigações de terceiros, qualquer que seja o valor; a venda, hipoteca, disposição ou criação de qualquer gravame relacionado aos bens imóveis da Sociedade; liquidação ou dissolução da Sociedade e nomeação ou substituição de seu(s) liquidante(s); qualquer proposta de incorporação (inclusive incorporação de ações), cisão parcial ou total, transformação, fusão ou de qualquer outra forma de reestruturação societária da Companhia; a distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio pela Companhia; aprovação das contas da Diretoria; definição e alteração das atribuições dos membros da Diretoria; escolha e destituição de auditores independentes; **Capítulo V - Exercício Social, Balanço e Lucros - Artigo 15º** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na CVM. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, inclusive mensais, com o objetivo de distribuir dividendos. **Artigo 16º** - Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, destinando-se: a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; a parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. às ações ordinárias como dividendo mínimo obrigatório; o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste artigo, conforme determinação da Assembleia Geral de Acionistas com base na proposta da administração, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 17º** - A Companhia poderá declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários: (i) à conta do lucro apurado em balanços semestrais ou períodos inferiores; ou (ii) à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Único** - Os dividendos intermediários distribuídos nos termos deste artigo serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 18º** - A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 19º** - Os dividendos declarados e não reclamados no prazo de 03 (três) anos reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VI - Liquidação e Dissolução - Artigo 20º** - A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação em sede de Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação. **Capítulo VII - Disposições Gerais - Artigo 21º** - Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 22º** - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer discussão relacionada direta ou indiretamente com este Estatuto Social, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

